

# Após EUA anunciarem novas taxas ao Brasil, governo diz que vai acionar Lei de Reciprocidade

Category: BRASIL, GERAL, MUNDO

escrito por Maria Luiza | 16 de julho de 2026



A decisão é resultado de uma investigação comercial do USTR, órgão responsável por formular a política comercial dos EUA, que levou um ano, com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. Esse mecanismo que permite ao governo americano apurar e combater possíveis barreiras comerciais em outros países.

“O governo brasileiro repudia a decisão anunciada hoje pelo governo dos EUA relativa à imposição de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros, com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974”, diz a nota divulgada pelo governo Lula.

Ainda de acordo com a nota, o Brasil também informa que iniciará os trâmites para acionar a Lei de Reciprocidade, aprovada pelo Congresso Nacional junto à OMC (Organização Mundial do Comércio).

Segundo o comunicado, “não há justificativa para medidas unilaterais contra o nosso país. Segundo estatísticas do próprio governo norte-americano, os EUA acumularam nos últimos 15 anos US\$ 424,5 bilhões em superávit de bens e serviços com o Brasil”.

A nota também diz que não reconhece a legitimidade das investigações sem amparo nas regras multilaterais de comércio, e que o governo brasileiro nunca deixou a mesa de negociação para defender os interesses nacionais.

O Governo também sai em defesa do PIX, e diz que “são descabidas as alegações contra o PIX e a regulação de plataformas digitais, bem como são absurdas as acusações sobre desmatamento”, divulgadas pelo governo americano em sua decisão.

” O PIX é um patrimônio do nosso povo e referência internacional de infraestrutura pública digital. No Brasil, não vamos abdicar de proteger nossas famílias e nossas crianças contra a ganância de um punhado de tecno-oligarcas”, diz o pronunciamento.

Apesar de colocar as novas tarifas em vigor, os Estados Unidos determinaram que alguns itens ficarão de fora da taxação. Entre eles, importações de carne bovina, carne de frango, café e laranja do Brasil ficarão fora da nova tarifa de 25% anunciada para produtos brasileiros.

O prazo para a Casa Branca decidir se colocava em prática ou não novas tarifas contra o Brasil terminava nesta quarta.

□ Em 1º de junho, o governo americano concluiu uma investigação que acusa o Brasil de adotar práticas que “onera ou restringem” o comércio com os Estados Unidos, entre elas desmatamento ilegal, pirataria e PIX. Como resultado da investigação, o Escritório de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) propôs a aplicação de tarifas de 25% sobre mercadorias brasileiras.

□ No dia seguinte, os EUA anunciaram taxas adicionais de 12,5% para 60 países por falhas no combate ao trabalho forçado, incluindo o Brasil. Em ambos os casos, uma longa lista de exceções foi apresentada para evitar uma alta de preços no mercado americano.

O governo brasileiro já esperava que as tarifas fossem entrar em vigor e apostava que o governo americano determinasse um processo de implementação da decisão e uma lista de exceções.

Participaram do encontro equipes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, do Ministério das Relações Exteriores – MRE e da Assessoria Especial do Presidente da República e o Representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer.

Na reunião, o governo brasileiro reiterou que considera o tarifaço “injusto”.

Os Estados Unidos investigam o Brasil sob a Seção 301 por supostas “práticas comerciais desleais” e pode aplicar novas taxas a produtos brasileiros em função dessa apuração. A investigação concentra-se em:

PIX, sob a alegação de que o sistema prejudica empresas norte-americanas de cartões de crédito;  
desmatamento ilegal, apontando uma suposta falta de eficácia na fiscalização que resulta na exportação de produtos agrícolas;  
reivindicações das big techs americanas sobre regulação no setor no Brasil.

As equipes técnicas e de alto nível do Brasil também devem se debruçar por alguns dias sobre a decisão para examinar a lista e avaliar os próximos passos – desde avaliar se há margem para tentar seguir nas negociações ou até a possibilidade de acionar a Lei de Reciprocidade.

□A Lei de Reciprocidade foi aprovada no Congresso Nacional em abril do ano passado e regulamentada pelo presidente Lula três meses depois, uma semana após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. A lei permite que o Estado possa retaliar países ou blocos que imponham barreiras contra o Brasil.

A diplomacia brasileira acredita que, neste momento, o presidente Lula não deve fazer nenhum movimento para tentar negociar diretamente com Donald Trump alguma outra saída.

## **Leia a íntegra da nota do governo brasileiro.**

### **NOTA À IMPRENSA SOBRE A IMPOSIÇÃO DE TARIFAS UNILATERAIS CONTRA O BRASIL PELOS ESTADOS UNIDOS**

O dia 15 de julho de 2026 passará para a história das relações entre Brasil e EUA como um marco lastimável.

O governo brasileiro repudia a decisão anunciada hoje pelo governo dos EUA relativa à imposição de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros, com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

Não há justificativa para medidas unilaterais contra o nosso país. Segundo estatísticas do próprio governo norte-americano, os EUA acumularam nos últimos 15 anos US\$ 424,5 bilhões em superávit de bens e serviços com o Brasil.

Em 2025, 76% das importações originárias dos EUA entraram no país sem pagar imposto de importação, e a alíquota média efetivamente aplicada sobre produtos norte-americanos foi de apenas 3,1%.

O Brasil não reconhece a legitimidade de investigações sem amparo nas regras multilaterais de comércio. Apesar disso, nunca deixamos a mesa de negociação para defender os interesses nacionais.

Ao longo do último ano, o governo brasileiro atuou ininterruptamente junto ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) pelo encerramento das investigações baseadas na Seção 301, apresentando evidências que refutam cada uma das alegações sobre supostas práticas

desleais de comércio adotadas pelo Brasil.

Demonstramos que são descabidas as alegações contra o PIX e a regulação de plataformas digitais, bem como são absurdas as acusações sobre desmatamento. O PIX é um patrimônio do nosso povo e referência internacional de infraestrutura pública digital. No Brasil, não vamos abdicar de proteger nossas famílias e nossas crianças contra a ganância de um punhado de tecno-oligarcas. A liberdade de expressão não é carta branca para a criminalidade. O mundo inteiro sabe que, a partir de 2023, combatemos de forma incisiva os ilícitos ambientais e reduzimos drasticamente o desmatamento em todos os biomas brasileiros.

Nas audiências públicas promovidas pelo USTR na semana passada, 63 das 78 intervenções feitas por representantes do setor privado brasileiro e norte-americano foram contrárias ao tarifaço.

O governo do Brasil seguirá adotando medidas para reduzir os danos causados à economia e à renda dos brasileiros. Continuaremos a diversificar parcerias comerciais e a abrir novos mercados para nossos produtos, como fizemos ao firmar acordos do MERCOSUL com a União Europeia, a Associação Europeia de Livre Comércio e Singapura.

Por meio do Plano Brasil Soberano, manteremos medidas de proteção aos setores afetados por tarifas ilegais e arbitrariamente impostas pelo governo dos EUA, preservando empregos e a capacidade produtiva nacional.

O Brasil iniciará imediatamente os trâmites para acionar os instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, e retomará o tema no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC.

É triste constatar que o lamentável desfecho das investigações baseadas na Seção 301 faz parte do enredo construído com a ativa colaboração da família Bolsonaro. São falsos patriotas

que arquitetaram e defenderam publicamente ações contra o nosso país, movidos por objetivos eleitoreiros.

Não se pode amar o Brasil apenas quando vencemos eleições. Proteger a nossa soberania é uma obrigação que está acima de todos os partidos e todas as tendências. O governo brasileiro não vacilará em seu dever de preservá-la.

Fonte: gl e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso  
16/07/2026/07:15:53

*O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:*

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

*Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com).*

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404](#)**

**6835– (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:-93-984046835) (Claro)*  
- Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-  
mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail:  
[adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

[Cassinos no exterior: mudanças positivas e lições para o Brasil](#)